

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

# Diferenças regionais de rendimento em Portugal:

---

Uma análise de convergência

Dissertação apresentada à Universidade de Évora, para obtenção do grau de Doutor em Economia.

Autor: Gertrudes das Dores Lopes Saúde Guerreiro

Orientador: Professor Doutor João Ferreira do Amaral

Co-orientador: Professora Doutora Maria Aurora Galego

*Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri*

Évora

Julho de 2009



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

# Diferenças regionais de rendimento em Portugal:

---

Uma análise de convergência

Dissertação apresentada à Universidade de Évora, para obtenção do grau de Doutor em Economia.

Autor: Gertrudes das Dores Lopes Saúde Guerreiro

Orientador: Professor Doutor João Ferreira do Amaral

Co-orientador: Professora Doutora Maria Aurora Galego

*Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri*

Évora

Julho de 2009

## **Diferenças regionais de rendimento em Portugal: uma análise de convergência**

### **RESUMO**

O objectivo principal desta dissertação é o de proceder à investigação das diferenças de rendimento entre as unidades espaciais que compõem o território de Portugal Continental, ao nível das regiões NUTS III e dos concelhos, avaliar a respectiva convergência ou divergência no crescimento do rendimento e testar empiricamente a hipótese de que a convergência  $\beta$  é condição necessária, mas não suficiente, para a existência de convergência  $\sigma$ , mediante a aplicação e análise dos dois conceitos no nosso conjunto de dados.

Começamos por apresentar o quadro conceptual subjacente à nossa investigação, nomeadamente no que respeita às teorias inerentes ao estudo da distribuição de rendimento e ao estudo da convergência (ou divergência) entre as economias, ao longo do processo de crescimento, o qual justifica e condiciona as escolhas metodológicas no desenvolvimento do trabalho.

Depois de abordarmos alguns desenvolvimentos recentes da economia portuguesa, numa perspectiva regional, os quais representam o enquadramento socioeconómico do estudo, efectuamos uma análise da distribuição do rendimento entre os concelhos e entre as regiões NUTS III de Portugal Continental, através da aplicação de medidas convencionais como os índices de desigualdade, em conjunto com outros indicadores propostos.

Na análise de convergência comparamos os resultados ao nível da convergência real dos concelhos e regiões de Portugal Continental, perante a utilização de duas variáveis alternativas: as remunerações, para os concelhos e para as regiões NUTS III, e o PIBpc, apenas disponível para as regiões NUTS III. No caso dos concelhos, a localização revela-se como uma componente chave que afecta os padrões de crescimento, de uma forma heterogénea, pelo que temos que a considerar na especificação dos modelos a estimar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Distribuição de rendimento; desigualdade regional; convergência regional.

## **Regional income differences in Portugal: a convergence analysis**

### **ABSTRACT**

The aim of this dissertation is to study the regional income differences among the regions NUTS III and municipalities of Portugal. We intend to evaluate convergence or divergence in income growth and test empirically the theoretical hypothesis that  $\beta$ -convergence, although necessary, is not a sufficient condition for  $\sigma$ -convergence.

After presenting a brief overview of the main concepts on income distribution and convergence analysis, we study the income distribution among regions NUTS III and municipalities of Portugal, using conventional measures and other indicators, being aware the regional differences in economic performance.

In convergence analysis, we intend to conclude about differences in convergence patterns among regions and among municipalities. To study convergence, we use information about GDP for regions NUTS III, and wages for regions NUTS III and municipalities. We observe spatial dependence between municipalities, so we estimate spatial econometric models to test convergence.

**KEYWORDS:** Income Distribution; Regional Inequality; Regional Convergence.

*Ao meu maior contributo para o futuro:*

*O Diogo e a Sofia*

## **Agradecimentos pessoais**

Aos meus orientadores, Prof. Doutor João Ferreira do Amaral e Prof. Doutora Maria Aurora Galego, pela sua orientação, estímulo e disponibilidade permanente durante a elaboração desta dissertação.

Aos meus filhos por tudo o que significam na minha vida.

Ao meu marido pelo encorajamento e apoio incondicional prestado.

Aos meus Pais e Irmãs, por estarem sempre presentes nos momentos mais importantes da minha vida, pela confiança e ajuda incondicional prestada.

Ao colega Prof. Doutor António Bento Caleiro por todos os contributos indispensáveis.

Aos ex-colegas do INE por todo o apoio prestado na disponibilização de informação estatística.

## **Agradecimentos institucionais**

À Universidade de Évora, em particular ao Departamento de Economia, por todas as facilidades que me foram concedidas para a realização desta dissertação.

À Fundação Eugénio de Almeida pelo apoio financeiro concedido.

Ao Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia (CEFAGE) e à Fundação da Ciência e Tecnologia (FCT – POCTI) pelo apoio financeiro e logístico.

Ao Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (Ex-DGEEP), na pessoa do Sr. José Malveiro, pelo fornecimento atempado de informação e esclarecimentos, sempre que necessário.

Ao Instituto Nacional de Estatística, ao Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e à Direcção Geral dos Impostos pelo fornecimento de informação.

# Índice Geral

Agradecimentos pessoais.....	I
Agradecimentos institucionais.....	I
Índice de Quadros .....	IV
Índice de Figuras .....	VI
1 Introdução.....	1
2 Enquadramento Teórico .....	6
2.1 Introdução .....	6
2.2 Desigualdades na distribuição do rendimento .....	6
2.2.1 Dispersão das remunerações como fonte de desigualdade no rendimento	19
2.3 Convergência na distribuição do rendimento .....	26
2.4 Conclusão.....	33
3 Desenvolvimentos recentes da economia portuguesa: uma perspectiva regional ..	35
3.1 Introdução .....	35
3.2 Indicadores demográficos .....	37
3.3 Emprego e nível de instrução.....	47
3.4 Actividade empresarial .....	62
3.5 Especialização económica das regiões.....	67
3.6 Produção e produtividade regional .....	72
3.7 Diferenças no Nível de vida.....	78
3.8 Conclusão.....	84
4 Distribuição regional de rendimento .....	86
4.1 Introdução .....	86
4.2 Caracterização genérica e comparada das assimetrias regionais ao nível do rendimento .....	89
4.3 Indicadores de desigualdade nas remunerações dos concelhos para o período 1991-2002.....	102
4.4 Conclusão.....	105
5 Convergência nos Rendimentos Regionais em Portugal no período 1991-2002 .	107
5.1 Introdução .....	107
5.2 Metodologia e fontes de informação .....	111
5.3 Análise da autocorrelação espacial .....	122
5.3.1 Entre as regiões NUTS III .....	122
5.3.2 Entre os concelhos .....	127
5.4 Convergência $\sigma$ .....	129



5.5	Convergência $\beta$ : resultados econométricos.....	131
5.5.1	Convergência $\beta$ , absoluta e condicional, entre as regiões NUTS III de Portugal Continental no crescimento do PIBpc.....	131
5.5.2	Convergência $\beta$ , absoluta e condicional, entre as regiões NUTS III de Portugal Continental no crescimento das remunerações .....	134
5.5.3	Convergência $\beta$ , absoluta e condicional, entre os concelhos de Portugal Continental no crescimento das remunerações.....	138
5.6	Conclusão.....	146
6	Conclusão .....	149
	BIBLIOGRAFIA .....	155
	ANEXO A: Anexos relativos ao Capítulo 3.....	165
	ANEXO B: Anexos relativos ao Capítulo 4.....	181
	ANEXO C: Anexos relativos ao Capítulo 5.....	197

# Índice de Quadros

Quadro 2.1: Indicadores de desigualdade regional	14
Quadro 2.2: Contas das Famílias (Eurostat) – apuramento do Rendimento Disponível Bruto	18
Quadro 3.1: Alteração da composição de algumas regiões de nível II da NUTS (DL244/2002)	36
Quadro 3.2: Taxas (%) de emprego e desemprego por regiões NUTS II	52
Quadro 3.3: Especialização regional em 2002	71
Quadro 3.4: Índices de disparidade regionais na produtividade (VAB por empregado; Continente=100)	74
Quadro 3.5: Índices de disparidade regionais no PIBpc (Continente=100)	77
Quadro 4.1: Principais resultados empíricos de alguns estudos de desigualdade e distribuição do rendimento em Portugal	87
Quadro 4.2: Indicadores de desigualdade para a distribuição por concelho das remunerações médias mensais a preços correntes de cada ano	103
Quadro 4.3: Indicadores de desigualdade para a distribuição por concelho das remunerações médias mensais a preços constantes de 1991	103
Quadro 5.1: Principais resultados empíricos de alguns estudos de convergência entre as regiões de Portugal	108
Quadro 5.2: Variáveis explicativas seleccionadas	120
Quadro 5.3: Resultados da estimação dos modelos de convergência $\beta$ , absoluta e condicional, entre as regiões NUTS III, aplicados ao crescimento do PIBpc	132
Quadro 5.4: Diagnóstico relativo à dependência espacial no modelo de convergência absoluta para o PIBpc nas regiões NUTS III	133
Quadro 5.5: Diagnóstico relativo à dependência espacial no modelo de convergência condicional para o PIBpc nas regiões NUTS III	134
Quadro 5.6: Resultados da estimação dos modelos de convergência $\beta$ , absoluta e condicional, entre as regiões NUTS III, aplicados ao crescimento das remunerações por trabalhador	136
Quadro 5.7: Diagnóstico relativo à dependência espacial no modelo de convergência absoluta para as remunerações nas regiões NUTS III	137
Quadro 5.8: Diagnóstico relativo à dependência espacial no modelo B de convergência condicional para as remunerações nas regiões NUTS III	137
Quadro 5.9: Diagnóstico relativo à dependência espacial no modelo D de convergência condicional para as remunerações nas regiões NUTS III	137
Quadro 5.10: Resultados da estimação dos modelos de convergência $\beta$ , absoluta e condicional, entre os concelhos, aplicados ao crescimento das remunerações por trabalhador	140
Quadro 5.11: Indicadores de autocorrelação espacial global no modelo de convergência absoluta	141
Quadro 5.12: Diagnóstico relativo à dependência espacial no modelo de convergência absoluta nas remunerações, entre os concelhos	141
Quadro 5.13: Diagnóstico relativo à dependência espacial no modelo A de convergência relativa nas remunerações, entre os concelhos	141

Quadro 5.14: Diagnóstico relativo à dependência espacial no modelo D de convergência relativa nas remunerações, entre os concelhos	142
Quadro 5.15: Resultados da estimação dos modelos de convergência $\beta$ absoluta entre os concelhos, aplicados ao crescimento das remunerações por trabalhador	143
Quadro 5.16: Resultados da estimação dos modelos lag-espacial de convergência $\beta$ condicional entre os concelhos, aplicados ao crescimento das remunerações por trabalhador	144
Quadro 5.17: Matriz de correlações entre as variáveis da matriz X para os concelhos	146

# Índice de Figuras

Figura 2.1: Relação entre convergência $\sigma$ e convergência $\beta$	32
Figura 3.1: Variação da população (%) residente por região entre 1991 e 2001	38
Figura 3.2: Índices de envelhecimento (%) por região em 1991 e 2001	39
Figura 3.3: Índices de dependência (%) dos jovens e dos idosos, por região, em 1991	41
Figura 3.4: Índices de dependência (%) dos jovens e dos idosos, por região, em 2001	42
Figura 3.5: Proporção da população (%) cujo principal meio de vida é o trabalho, por região, em 1991 e 2001	43
Figura 3.6: Proporção da população (%) cujo principal meio de vida são as pensões (reformas), por região, em 1991 e 2001	44
Figura 3.7: O fenómeno da imigração em Portugal, entre 1980 e 2008	46
Figura 3.8: População estrangeira residente em Portugal, por distrito no ano 2000	47
Figura 3.9: Taxa (%) de actividade por região, em 1991 e 2001	49
Figura 3.10: Taxa (%) de emprego por região, em 1991 e 2001	50
Figura 3.11: Taxa (%) de desemprego por região, em 1991 e 2001	51
Figura 3.12: População empregada por sector de actividade nas regiões NUTS I e II, em 1991 e 2001, respectivamente	53
Figura 3.13: – População empregada por sector de actividade nas regiões NUTS III do Norte, em 1991 e 2001, respectivamente	54
Figura 3.14: População empregada por sector de actividade nas regiões NUTS III do Centro, em 1991 e 2001, respectivamente	55
Figura 3.15: População empregada por sector de actividade nas regiões NUTS III de Lisboa, em 1991 e 2001, respectivamente	56
Figura 3.16: População empregada por sector de actividade nas regiões NUTS III do Alentejo, em 1991 e 2001, respectivamente	57
Figura 3.17: Proporção (%) de empregados por conta de outrem, por região, em 1991 e 2001	58
Figura 3.18: Taxa de analfabetismo (%) por região, em 1991 e 2001	59
Figura 3.19: Proporção (%) da população residente com, no mínimo, o 3º ciclo do ensino básico completo, por região, em 2001	60
Figura 3.20: Proporção (%) da população residente com o ensino superior completo, por região, em 2001	61
Figura 3.21: Estrutura regional do número de empresas no Continente português em 2002	62
Figura 3.22: Distribuição do número de empresas nas regiões NUTSII, pelas sub-regiões NUTS III, em 2002	63
Figura 3.23: Dimensão média das sociedades nas regiões NUTSII, em termos de pessoal ao serviço (nº médio de pessoas ao serviço por sociedade)	64
Figura 3.24: Dimensão média das sociedades nas regiões NUTSIII, em termos de pessoal ao serviço (nº médio de pessoas ao serviço por sociedade), em 2002	65

Figura 3.25: Proporção de sociedades na indústria transformadora (%) nas regiões NUTSII	66
Figura 3.26: Proporção de consumo industrial de electricidade (%) nas regiões NUTSIII, em 2002	67
Figura 3.27: Taxas de variação em volume no PIBpm para Portugal	72
Figura 3.28: Estrutura regional do PIBpm do Continente em 2005	73
Figura 3.29: Índices de disparidade regionais (Continente=100) nos depósitos totais <i>per capita</i> em 1995	79
Figura 3.30: Índices de disparidade regionais (Continente=100) nos depósitos totais <i>per capita</i> em 2002	80
Figura 3.31: Índices de disparidade regionais (Continente=100) nos depósitos totais <i>per capita</i> em 2006	81
Figura 3.32: Índices de poder de compra <i>per capita</i> regionais (Portugal=100) em 1995	82
Figura 3.33: Índices de poder de compra <i>per capita</i> regionais (Portugal=100) em 2002	83
Figura 4.1: Índices de disparidade regionais (Continente=100), no PIB por habitante, para o período 1995-2006	90
Figura 4.2: Índices de disparidade regionais (Continente=100), no RDB <sub>f</sub> por habitante, para o período 1995-2006	90
Figura 4.3: Índices de disparidade regionais (Continente=100), no rendimento primário por habitante, para o período 1995-2006	92
Figura 4.4: Mapa dos desvios-padrão na remuneração média mensal por concelho em 1991	94
Figura 4.5: Mapa com representação dos índices de disparidade (e identificação de <i>outliers</i> ) na remuneração média por concelho em 1991	95
Figura 4.6: Índices de disparidade, por concelho, na remuneração média mensal, em 1991	96
Figura 4.7: Mapa dos desvios-padrão na remuneração média mensal por concelho em 2002	97
Figura 4.8: Mapa com representação dos índices de disparidade (e identificação de <i>outliers</i> ) na remuneração média por concelho em 2002	98
Figura 4.9: Índices de disparidade, por concelho, na remuneração média mensal, em 2002	99
Figura 4.10: Mapa dos desvios-padrão na remuneração média mensal por concelho em 2006	100
Figura 4.11: Mapa com representação dos índices de disparidade (e identificação de <i>outliers</i> ) na remuneração média por concelho em 2006	100
Figura 4.12: Índices de disparidade, por concelho, na remuneração média mensal, em 2006	101
Figura 4.13: Evolução do Coeficientes de Variação ponderado e Coeficiente de Gini ponderado na distribuição espacial das remunerações entre 1991 e 2002	104
Figura 5.1: Testes à especificação espacial – Regra de Decisão	117
Figura 5.2: Pirâmide de competitividade territorial	119
Figura 5.3: I de Moran para o crescimento no PIBpc	122
Figura 5.4: Mapa de significância da autocorrelação espacial local	123
Figura 5.5: Mapa de clusters de autocorrelação espacial local	124
Figura 5.6: I de Moran para o crescimento nas remunerações	125
Figura 5.7: Mapa de significância da autocorrelação espacial local para as	126

remunerações	
Figura 5.8: Mapa de clusters de autocorrelação espacial local para as remunerações	126
Figura 5.9: I de Moran para o crescimento nas remunerações por concelho	127
Figura 5.10: Mapa de significância da autocorrelação espacial local para as remunerações por concelho	128
Figura 5.11: Mapa de clusters de autocorrelação espacial local para as remunerações por concelho	128
Figura 5.12: Dispersão (convergência $\sigma$ ) do PIBpc e das remunerações médias por trabalhador entre as regiões NUTS III de Portugal Continental	130
Figura 5.13: Dispersão (convergência $\sigma$ ) do das remunerações médias por trabalhador entre os concelhos de Portugal Continental	131
Figura 5.14: Convergência entre as regiões NUTS III no crescimento do PIBpc entre 1990 e 2003	134
Figura 5.15: Convergência entre as regiões NUTSIII no crescimento das remunerações por trabalhador, entre 1991 e 2002	
Figura 5.16: Convergência entre os concelhos no crescimento das remunerações por trabalhador, entre 1991 e 2002	139

# 1 Introdução

Os desequilíbrios regionais representam uma característica intrínseca da economia portuguesa e a sua discussão ganhou ânimo com a adesão de Portugal à actual União Europeia. De facto, como se refere em Mateus et. al. (2000), a evolução estrutural da economia europeia tem revelado um processo de convergência real entre países e de divergência entre as regiões, pelo que a coesão económica e social, nomeadamente a aproximação dos vários territórios em termos de nível de vida, é assumida como um objectivo de política económica primordial. Como tal, as preocupações com a desigualdade na distribuição de rendimento têm ganho importância, incentivando a realização de vários estudos que abordam sobretudo a desigualdade entre indivíduos [vejam-se os estudos de Rodrigues (1994, 1999 e 2008)]. A nossa investigação pretende abordar o problema da desigualdade na distribuição do rendimento numa perspectiva diferente: será que a geografia influencia o padrão de desigualdade? Ou seja, será que o nível de vida varia consoante o local de residência dos portugueses? E, no processo de crescimento, as unidades espaciais que compõem o território português, têm vindo a convergir em termos de rendimento? Os objectivos do nosso trabalho prendem-se exactamente com a procura de respostas para estas questões. Como tal, um acréscimo importante e inovador desta dissertação, diz respeito ao tratamento da convergência entre as unidades territoriais mais pequenas, os concelhos, dado que não é do nosso conhecimento a existência de qualquer outro estudo aplicado à convergência no crescimento entre estas unidades, em Portugal.

Normalmente a literatura económica analisa, por um lado, a convergência de rendimentos, e por outro, a desigualdade nos rendimentos e condições de vida, ou bem-estar, das populações, como dois tópicos ou temas independentes. Para o estudo da convergência económica utilizam-se por norma indicadores macroeconómicos regionais ou nacionais, como o Produto Interno Bruto *per capita* (PIBpc) [vejam-se os trabalhos de referência de Barro e Sala-i-Martin (1992, 1995 e 1999), Barro (1991), Sala-i-Martin (1990, 1995, 1996a e 1996b) e em Portugal os trabalhos aplicados de Soukiazis (2003), Soukiazis e Antunes (2004) e Soukiazis e Castro (2004)], enquanto que para se analisarem as desigualdades sociais os indicadores de suporte são normalmente o Rendimento das famílias (ou dos indivíduos) e/ou o Consumo das famílias, ou seja,

dados microeconómicos relativos aos agregados familiares [(vejam-se os trabalhos de referência de Atkinson (1975 e 1997), Atkinson et al. (1995), de Cowell (2008a e 2008b), e em Portugal os estudos mais recentes de Rodrigues (1994, 1998 e 2008)]. No presente trabalho, mediante a utilização de dados individualizados por região e por concelho, estudamos em simultâneo, a desigualdade e a convergência, comparando resultados e relacionando as duas áreas de investigação.

No que diz respeito aos indicadores utilizados para medir a convergência regional, os mais utilizados são o Produto Interno Bruto (PIB) ou o Valor Acrescentado Bruto (VAB) *per capita*, com a respectiva valorização (custo de factores, preços de aquisição ou preços de mercado), agregados que reflectem a contribuição das regiões para a produção. A questão que se coloca é a de saber se este contributo reflecte as condições de vida da população regional. Será que as regiões com maior PIBpc são sempre as que reúnem melhores condições de vida? Um possível indicador das condições de vida das populações é o poder aquisitivo ou poder de compra das famílias, o qual poderá ser avaliado, numa primeira fase, pelo Rendimento Disponível (RD) das famílias, *per capita*, da região, ou ainda pelo nível de Consumo que este proporciona. Outra alternativa seria optar por uma bateria de indicadores (e.g., o PIB em conjunto com indicadores do nível de vida das famílias como o RD ou outros), ou mesmo um indicador composto que resulte da ponderação de várias grandezas associadas às regiões e/ou, porventura, indicadores qualitativos, ao invés da utilização de um único indicador.

O trabalho que nos propomos desenvolver tem também por objectivo propor indicadores alternativos para medir a convergência económica entre as regiões e os concelhos de Portugal. A metodologia ideal, seria comparar os resultados obtidos com base nas variáveis PIBpc e RDpc, ao nível da desigualdade e convergência entre as unidades espaciais que analisamos. No entanto, tal não é possível, pela não disponibilidade de informação com o nível de desagregação espacial pretendido. A informação relativa ao PIBpc está disponível para as regiões NUTS III<sup>1</sup>, mas não para os concelhos, e o RDpc não é disponibilizado para nenhuma destas unidades espaciais, apenas para as regiões NUTS II<sup>2</sup>. No entanto, no trabalho aplicado de Saúde (1997), conclui-se que os rendimentos do trabalho (remunerações), representam a componente

---

<sup>1</sup> Regiões de nível III da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS), a qual se descreve no anexo A.

<sup>2</sup> Regiões de nível II da Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS).



de maior peso no rendimento global bruto e justificam, na maioria das regiões portuguesas (com excepção do Algarve), o desvio que as mesmas apresentam em relação à média nacional, no que respeita ao rendimento global por habitante, pelo que utilizaremos a distribuição regional das remunerações por trabalhador como *proxy* da distribuição regional do rendimento, tanto para as regiões NUTS III, como para os concelhos. No caso das regiões NUTS III, podemos comparar os resultados obtidos com as duas variáveis, PIBpc e remunerações por trabalhador.

Um outro debate interessante na literatura económica e mais concretamente nos estudos de convergência, respeita aos dois conceitos de convergência introduzidos por Sala-i-Martin (1990): convergência  $\sigma^3$  e convergência  $\beta^4$ . Em Sala-i-Martin (1995, pp.4-6), pode ler-se que “*uma condição necessária para a existência de convergência  $\sigma$  é a existência de convergência  $\beta$ ...; a existência de convergência  $\beta$  tenderá a causar convergência  $\sigma$ ... No entanto, ao nível teórico, é possível que os países pobres cresçam mais depressa que os ricos, sem que se verifique a diminuição da dispersão «cross-sectional» ao longo do tempo. Ou seja, podemos encontrar convergência  $\beta$ , sem encontrar convergência  $\sigma$* ”, sendo que “*quando aplicamos aos dados do mundo real, sempre que se observa convergência  $\sigma$ , também se observa convergência  $\beta$* ”. Por outro lado, Young et al. (2007), no estudo aplicado aos “*counties*” americanos, demonstram que a convergência  $\beta$  é condição necessária, mas não suficiente, para a convergência  $\sigma$ .

Na sequência deste debate, um outro objectivo do nosso trabalho é testar a hipótese de que a convergência  $\beta$  é de facto condição necessária, mas não suficiente, para a existência de convergência  $\sigma$ , mediante a aplicação e análise dos dois conceitos no nosso conjunto de dados.

Em síntese, o presente trabalho parte das desigualdades na distribuição de rendimento regional, para analisar a eventual convergência entre as regiões portuguesas, sendo que faremos incidir a nossa análise sobre dois tipos de unidades territoriais: as regiões nível NUTS III e os concelhos de Portugal Continental. Como tal, a nossa investigação pretende reunir duas áreas da teoria económica: por um lado, a temática da

---

<sup>3</sup> A convergência  $\sigma$  verifica-se quando um grupo de economias convergem, no sentido de uma diminuição do desvio-padrão, ou seja, quando a dispersão do PIBpc em termos reais diminui ao longo do tempo  $\sigma_{t+T} < \sigma_t$ .

<sup>4</sup> O conceito de convergência  $\beta$  diz-nos que, quando os países ou regiões são similares (tendendo para o mesmo “steady state”), a taxa de crescimento no futuro será tanto maior quanto maior o atraso relativo inicial, ou seja, as economias pobres tendem a crescer mais depressa que as economias ricas

distribuição do rendimento e por outro lado, a temática da convergência regional, testando os dois conceitos de convergência,  $\sigma$  e  $\beta$ . No nosso caso, as unidades de análise são as unidades territoriais regiões NUTS III e Concelhos. Tanto quanto sabemos, é a primeira vez que se faz este tipo de análise comparada em Portugal, tratando-se portanto de um estudo aplicado inovador.

Em concreto, e resumindo, definimos os seguintes objectivos:

- ❖ Estudar, em simultâneo, a desigualdade e a convergência, comparando resultados e relacionando as duas áreas de investigação, mediante a utilização de dados individualizados por região e por concelho.
- ❖ Apresentar indicadores alternativos para medir a convergência económica entre as regiões e os concelhos de Portugal.
- ❖ Testar empiricamente a hipótese de que a convergência  $\beta$  é de facto condição necessária, mas não suficiente, para a existência de convergência  $\sigma$ , mediante a aplicação e análise dos dois conceitos no nosso conjunto de dados.

A utilidade do nosso estudo prende-se com a melhor compreensão da realidade regional e local, podendo mesmo, no futuro, vir a servir de suporte à aplicação de eventuais políticas regionais e locais.

Para dar resposta aos objectivos enunciados, após um primeiro capítulo dedicado à introdução, a presente dissertação estrutura-se da seguinte forma:

- ❖ No capítulo 2 apresenta-se o quadro conceptual subjacente à nossa investigação, nomeadamente no que respeita às teorias inerentes ao estudo da distribuição de rendimento e ao estudo da convergência (ou divergência) entre as economias, ao longo do processo de crescimento, o qual justifica e condiciona as escolhas metodológicas dos capítulos seguintes.
- ❖ No capítulo 3 abordamos alguns desenvolvimentos recentes da economia portuguesa, numa perspectiva regional, os quais representam o enquadramento socioeconómico do estudo, sendo que, em parte, condicionam e justificam os resultados obtidos nos capítulos 4 e 5,

referentes ao estudo da desigualdade e convergência entre as unidades territoriais, respectivamente.

- ❖ No capítulo 4 efectuamos uma análise da distribuição do rendimento entre os concelhos e entre as regiões NUTS III de Portugal Continental. Os objectivos e âmbito da nossa análise, neste capítulo, diferem dos relativos a trabalhos anteriores, pois propomo-nos estudar as diferenças ou desigualdades de rendimento, não entre indivíduos, ou grupos de indivíduos (famílias, agregados), mas sim entre espaços (regiões) de um país, ou seja, os nossos “indivíduos” em estudo são as unidades territoriais (regiões e concelhos) que compõem o Continente do nosso país. Pretendemos “medir” a desigualdade, ou, dito de outra forma, obter indicadores de desigualdade, não entre as famílias A e B, ou entre os indivíduos C e D, mas sim, por exemplo, entre as regiões Alentejo Litoral e Algarve, ou entre os concelhos de Évora e Faro.
- ❖ No capítulo 5 propomo-nos comparar os resultados ao nível da convergência real dos concelhos e regiões de Portugal Continental, perante a utilização de duas variáveis alternativas: as remunerações, para os concelhos e para as regiões NUTS III, e o PIBpc, apenas disponível para as regiões NUTS III. De facto, a distribuição regional da produção pode não coincidir com a distribuição regional do rendimento, e em particular das remunerações, pelo que queremos analisar esta diferença, nomeadamente para as unidades territoriais regiões NUTS III, onde a disponibilidade de informação nos permite esta comparação. Mas quando aplicamos estudos de convergência a unidades territoriais pequenas, como as regiões e os concelhos, a localização revela-se como uma componente chave que afecta os padrões de crescimento, de uma forma heterogénea, pelo que temos que a considerar na especificação dos modelos a estimar.
- ❖ Finalmente no capítulo 6 procedemos à síntese dos resultados e avaliação da boa prossecução dos nossos objectivos iniciais, assim como à inventariação das limitações e dos possíveis desenvolvimentos futuros, inerentes ao presente trabalho.

